

Tradução do russo e edição por CN, 26.08.2014

(original em: <http://www.cccp-kpss.narod.ru/drugie/model1.htm>)

A socialização da mais-valia¹

Tatiana Khabarova²

A socialização do sobreproduto total

tarefa económica integral da revolução proletária e do socialismo

Para avaliar a importância do sistema económico criado sob a direcção de I.V. Stáline é preciso, antes de mais, responder com clareza à questão: Em que consiste concretamente a tarefa económica integral da revolução proletária e do socialismo como primeira fase da formação socioeconómica comunista?

Dirão: consiste na eliminação da propriedade privada, na socialização dos meios de produção.

É correcto, mas na realidade essa é a via para alcançar um fim, um instrumento para atingir um objectivo, mas não é um fim em si. O objectivo das transformações socialistas na economia não é tanto a socialização dos meios de produção em si, mas a *socialização do sobreproduto* [mais-valia], produzido com a sua ajuda.

Os teóricos marxistas actuais teriam a vida muito mais facilitada se interiorizassem e mantivessem permanentemente no centro da sua atenção esta coisa simples: a tarefa económica integral da revolução proletária e do socialismo é a *socialização do sobreproduto total*, produzido pelo aparelho produtivo socializado.

Se reflectirmos, vemos que os meios de produção, por si próprios, não interessam a ninguém, como se costuma dizer. Para que teria servido a propriedade da terra se esta não fosse povoada por servos camponeses que a cultivavam, pagavam o tributo e ainda vergavam as costas em dias de trabalho para o senhor? Para que serviriam as fábricas e empresas industriais se não estivessem repletas de trabalhadores assalariados, produzindo artigos que têm procura no mercado e proporcionam lucros? Todo este reboiço, digamos assim, em torno da propriedade dos meios de produção é suscitado, não pela posse destes em si, mas pela mais-valia produzida com a sua ajuda que reverte para o bolso do proprietário.

Por conseguinte, a palavra de ordem sobre a propriedade social dos meios de produção, numa leitura atenta, significa que queremos que o sobreproduto total da produção

¹ Intervenção na Universidade Operária adstrita ao Comité da Cidade de Moscovo do Partido Comunista da União, Moscovo, 23 de Março de 2002.

² **Khabarova**, Tatiana Mikhailovna (1935), pós-graduada em Ciências Filosóficas, é actualmente presidente do Comité Executivo do Congresso dos Cidadãos da URSS. (N. Ed.)

social reverta a favor da sociedade, do povo, e não de particulares, e que seja distribuído de forma justa entre todos nós e colocado única e exclusivamente ao serviço do bem comum.

Quero deixar bem sublinhado que não devemos de modo nenhum limitar-nos à palavra de ordem da propriedade social, uma vez que, se esta não for munida de um mecanismo de socialização do sobreproduto, então é o mesmo que não existir; uma vez que não foi atingido o objectivo em nome do qual se socializaram os meios de produção.

Durante uma série de anos transmiti esta ideia nas minhas intervenções de um modo um pouco diferente. A formulação era a seguinte: qualquer forma de propriedade tem um parceiro, se assim se pode dizer, estrutural e inseparável, na ausência do qual essa forma não se realiza na prática. Este parceiro é o modo de acumulação e distribuição do sobreproduto total, ou rendimento líquido social.

O princípio da formação e distribuição do rendimento é uma das mais importantes partes constitutivas da base económica da sociedade, é o nó, poderoso e extraordinariamente complexo, das relações sociais objectivas. Em qualquer sociedade onde o trabalho ainda não constitui um fim em si mesmo, mas é alienável, existe o valor, existe a divisão do produto do trabalho entre trabalho necessário e excedente que gera relações de valor, ou monetário-mercantis, ou simplesmente relações de mercado. Por conseguinte, todo este feixe estrutural de relações em torno da acumulação e da distribuição do rendimento líquido pode ser definido ainda do seguinte modo: é a *modificação* histórica concreta *da lei do valor* (ou relações de valor) que corresponde a um dado modo de produção.

O modo de produção atinge a maturidade social e económica e transforma-se em *sistema* quando a forma de propriedade, que lhe corresponde, começa a funcionar com consistência e sem falhas em parceria com o complexo de relações de consolidação e distribuição do rendimento líquido, que lhe é adequado. Ou, o que é o mesmo, em conjunto com o princípio da formação de rendimento, que lhe é adequado, ou, o que é mais uma vez o mesmo, em conjunto com a modificação do valor adequada a um dado modo de produção.

O princípio da formação do rendimento não é algo que se possa estabelecer por decreto governamental. É um fragmento da realidade económica material objectiva, e deve cristalizar-se na espessura dessa realidade precisamente de modo objectivo, tal como se cristalizou outrora a lei da taxa média de lucro, a qual justamente constitui um mecanismo de formação de rendimento, adequado à formação socioeconómica capitalista. Para isso é preciso tempo, e muito, mais toda uma camada histórica de experiência económica da humanidade.

Pois temos que a invenção mais grandiosa de engenharia social feita no nosso país, no período de Stáline, foi a descoberta do princípio de acumulação e distribuição do sobreproduto total, adequado à propriedade social dos meios de produção. Verificou-se que à propriedade social no socialismo estava associado, organicamente subjacente, um princípio socialista de formação de rendimento, ou – o que é o mesmo – uma modificação da lei do valor orgânica ao socialismo.

Por outras palavras, foi resolvida nos seus traços fundamentais a tarefa definida pela fase socialista: socializar não apenas os meios de produção, mas também o sobreproduto total. Com a particularidade que isto foi feito num prazo histórico, podemos dizer, instantâneo.

Deste ponto de vista – que é em geral o único que corresponde à verdade histórica – desaparece de imediato toda uma pilha de pseudoproblemas, que impedem o desenvolvimento da ciência marxista e do nosso país ao ritmo que a situação extrema actual exige.

Terá sido construído o socialismo na URSS? É claro que foi, uma vez que conseguiu resolver a tarefa histórica objectiva inerente a esta formação.

Qual a aparência que deve ter o regime socialista para poder ser reconhecido como realizado? Nos seus princípios, aquela que tinha sob a direcção de Stáline, e isto refere-se em particular à esfera económica. No plano da superestrutura havia defeitos, no entanto, eram perfeitamente elimináveis. Mas no que respeita à economia, é preciso percebermos com clareza que nenhum dos modelos propostos no passado e no presente, à excepção do modelo de Stáline, resolve a tarefa da socialização do sobreproduto. Por conseguinte, em termos económicos, o socialismo de Stáline é sinónimo de *socialismo autêntico*; isto é, a única base de operações a partir da qual se pode recomeçar e prosseguir com êxito a construção da sociedade comunista. A ela, a este enquadramento sócio-estrutural, teremos de regressar aquando da libertação definitiva do país da actual ocupação, de facto, por parte do capital transnacional.

Outro pseudoproblema é o do socialismo e das relações monetário-mercantis. Seria tempo de deixarem esse osso, de tão roído que está.

As relações de valor são um fenómeno histórico e adquirem uma forma específica, sofrem uma modificação, em cada modo de produção. A sua modificação socialista intermedeia a forma sob a qual existem no regime capitalista e a sua total extinção no comunismo. O traço distintivo da modificação socialista do valor é precisamente a sua aptidão para assegurar a suave e gradual auto-extinção de todo o conjunto de fenómenos relacionados com o valor e com a produção mercantil.

A modificação socialista do valor está igualmente limitada à economia socialista, tal como a lei da taxa média de lucro está limitada à economia burguesa ou a lei da obtenção do lucro máximo, limitada à economia do imperialismo contemporâneo. Não levar em conta as exigências da lei do valor na economia socialista é o mesmo que contrariar os mecanismos de formação do lucro na economia capitalista, e os resultados serão igualmente deploráveis.

O socialismo e as relações monetário-mercantis

A desorientação dos apologistas da NEP

Vamos agora ver qual a aparência concreta que a modificação socialista do valor deve ter e que realmente teve no nosso país.

Para evitar a confusão que os «*economistas*» de uma certa corrente lançaram sobre este assunto ao longo de décadas, temos de abordar, ainda que brevemente, a questão da divisão do trabalho e do produto em necessário e excedentário. Deixaremos para depois a questão do trabalho e falaremos mais em detalhe sobre o produto.

O sobreproduto ou produto excedentário é um fenómeno inteiramente social. Apenas surge no momento e na medida em que o trabalhador, espontânea ou conscientemente, começa a empregar no seu trabalho os resultados da experiência laboral de outras pessoas, inclusive de outras gerações. Uma vez surgido, o produto excedentário

provoca numa certa parte da sociedade, digamos, o desejo de tentar subtraí-lo ao trabalhador e de se apossar dele. Isto realiza-se através da instauração da propriedade privada, inicialmente – na antiguidade –, sobre os próprios trabalhadores, mais tarde, sobre as condições, ou factores, da actividade produtiva, sem os quais o trabalhador não pode criar o sobreproduto. Falamos da terra, dos meios materiais e técnicos de produção, etc.

Inicia-se um processo milenar de *exploração do trabalho*, isto é, a subtracção do sobreproduto às massas laboriosas da população e a utilização de uma parte para fins públicos – diferentes necessidades sociais – e da maior parte para o consumo parasitário dos proprietários dos meios de produção. Naturalmente que isto é acompanhado e antecipado pelo surgimento e aperfeiçoamento de todo um sistema de medidas de trabalho coercivo.

No entanto, a injustiça da exploração não reside na circunstância de o sobreproduto ser em geral subtraído ao seu produtor directo. O sobreproduto não pode nem deve pertencer ao produtor directo, a partir do local de produção. Ele é um *património social*. O problema e a injustiça residem na circunstância de o sobreproduto, uma vez subtraído, ser utilizado não como um património de toda a sociedade, mas como uma espécie de presa, um troféu da classe dos proprietários privados.

Daqui podemos ver mais uma vez o quanto é importante e fundamental a formulação dos objectivos e das tarefas da revolução socialista precisamente como a tarefa da socialização do sobreproduto total.

Com efeito pode-se socializar (isto é, nacionalizar) os meios de produção e ficar-se num impasse total em relação à questão de como realizar a formação e a distribuição do sobreproduto nessa economia nacionalizada.

Foi precisamente nessa situação que se encontravam os bolcheviques russos nas vésperas da introdução da *NEP*. Concretamente, a *NEP* visou responder à seguinte questão: Que fazer quando a modificação das relações monetário-mercantis adequada ao novo regime ainda não foi encontrada, ainda não se formou objectivamente? Que fazer? É preciso retornar à anterior modificação, pré-revolucionária, por muito arriscado que isso seja no plano social e político, já que de outra forma não nos movemos. Retornar, mas ao mesmo tempo empenhar todas as forças para que o novo modo de apropriação dos meios de produção seja dotado, o mais rapidamente possível, de um princípio social de acumulação e distribuição do rendimento líquido. E isto foi realizado durante a direcção de Stáline, repito, num prazo historicamente recorde, logo por volta de meados dos anos 30.

E por aqui também se pode ver bem o carácter totalmente equivocado de mais um mito dos nossos actuais pseudocomunistas, segundo os quais a *NEP* seria exactamente o modelo de sistema económico exigido pela sociedade socialista. Durante a *NEP*, a propriedade socialista teve de funcionar de par com o princípio que lhe é alheio de formação do rendimento da propriedade privada. Desse modo, a economia do país não tinha um carácter integral, sistémico, era uma construção fortuita, artificial, que tinha de ser desmontada logo que fosse possível. Stáline desmontou-a assim que, por debaixo desse mecanismo temporário, começou a pulsar, começou a funcionar a nossa modificação socialista da lei do valor. Defender hoje o regresso à *NEP* – na actual construção interna desequilibrada, excepcionalmente conjuntural e prenhe de todo o tipo de perigos sociais e políticos – significa não compreender em absoluto a essência

dos laços sistémicos na economia ou então é um acto de sabotagem consciente da nossa causa.

Existe uma versão sobre uma alegada fenomenal eficiência económica da *NEP*. Em termos gerais podemos dizer que tal versão não corresponde à realidade.

Em Dezembro de 1925 teve lugar o XIV Congresso do PCU(b), que aprovou a linha da industrialização socialista. Esta foi uma decisão totalmente alheia à *NEP*. Por isso, só se pode falar propriamente da *NEP* até ao final de 1925 e início de 1926.

As tarefas da *NEP* resumiram-se à reconstrução, que em traços gerais ficou concluída nessa altura. A produção industrial representava 75,5 por cento do nível anterior à guerra, a agricultura, 95,3 por cento. Não houve qualquer reequipamento tecnológico sério, a produção aumentou principalmente à custa do alargamento da produção nas velhas empresas que continuaram a funcionar, bem como através da recuperação daquelas que estavam encerradas por razões diversas. Além disso, ao longo de toda a *NEP* observou-se o fenómeno nefasto do abatimento de activos industriais fixos [edifícios e equipamentos]. Entre 1920 e 1921, também em resultado da destruição provocado pelas acções militares no território do país, esses activos fixos representavam apenas 30 por cento do nível existente em 1917. Entre 1923 e 1924 foram abatidos mais cerca de 12 por cento, segundo diferentes fontes. Só em 1926/27, com o início da industrialização socialista, foi possível inverter este processo.

No decurso da *NEP*, a população dos meios rurais soviéticos aproximou-se das camadas médias, aumentou o consumo de pão dos camponeses médios e pobres. Mas por trás desta aparente tendência de prosperidade, à primeira vista, escondia-se o parcelamento geral dos solos agrícolas e a correspondente queda da mercantilização da produção. Em 1926/27 os camponeses médios e pobres produziam cerca de três quartos do trigo mercantil (74%). Mas os cereais colocados no mercado por este grupo representavam apenas 11,2 por cento da sua produção, e juntamente com as explorações com maior produtividade dos kulaques constituíam 13,3 por cento. Ou seja, duas vezes abaixo do nível pré-guerra, que era de 26 por cento. O rendimento das culturas cerealíferas manteve-se inferior ao nível pré-guerra até à realização da colectivização (7,9 quintais³ por hectare contra 8,5 quintais por hectare antes da guerra).

A ideia de que nesses anos, supostamente, o *nepman*-privado «*vestia, calçava e alimentava*» o país, pertence em grande parte ao domínio da mitologia. O país era calçado, vestido e alimentado pela indústria estatal e pelo sector cooperativo apoiado pelo Estado, que se desenvolveu rapidamente com a «*reabilitação*» das relações monetário-mercantis. Em 1926/27 as empresas do Estado eram responsáveis por 91 por cento de toda a produção industrial e o seu peso no circuito comercial atingiu 40 por cento. O peso máximo do comércio privado foi atingido em 1922/23, altura em que representou 43,9 por cento do volume total. Nos anos seguintes diminuiu acentuadamente. Em 1924/25 já só representava 25 por cento e continuou a diminuir.

Salta à vista que o nível económico geral de 1913 era uma espécie de modelo de referência em todos os sentidos. Mas será que esse nível era assim tão «*referencial*», podendo naquela etapa histórica servir de orientação para uma política económica eficiente?

³ Um quintal equivale a 100 kg. (N. Ed.)

Eis-nos pois perante mais um mito dos adeptos da «*perestroika*», dos pseudo-reformadores e dos seus lacaios no movimento de esquerda: o mito da Rússia tsarista como um país com uma economia altamente desenvolvida.

É verdade que depois da reforma camponesa de 1861 – que constituiu a nossa variante da revolução democrático-burguesa – na Rússia, como tinha de acontecer, ocorreu um surto industrial com elevados ritmos de crescimento económico. Este processo consistiu na transição em massa do trabalho manual para o trabalho mecanizado nas fábricas e empresas industriais.

Todavia aproximava-se o fim não do século XVIII, mas do século XIX. E aquilo que na segunda metade do século XVIII tinha sido uma poderosa irrupção para o futuro, para a época da revolução industrial na Inglaterra, cem anos depois não passava de uma tentativa de recuperar caminho já feito pelos Estados burgueses mais avançados. Mas a Rússia tsarista não conseguiu entrar no grupo de países líderes mundiais do desenvolvimento industrial. Todos os recordes alcançados no período a seguir à reforma incidem fundamentalmente em ramos como a extracção de petróleo (que antes era quase inexistente), de carvão e minério de ferro, fundição de ferro e aço, utilização de motores a vapor, etc.

No mesmo período, a indústria dos EUA e da Alemanha, por exemplo, adoptava como força motriz as turbinas hidráulicas e a vapor, os motores eléctricos e de combustão interna, nomeadamente a *diesel*, abrindo um amplo caminho para o desenvolvimento da construção automóvel e da aeronáutica, das indústrias electrotécnica, do alumínio e química. Em todos estes sectores, a Rússia não tinha meios para competir com os principais países capitalistas.

Em 1913, o peso da Rússia na produção industrial mundial era de apenas 2,5 por cento, contra 38 por cento dos EUA, 12,1 por cento da Inglaterra e 13,3 por cento da Alemanha (isto no limiar dos séculos XIX-XX). A Rússia tinha uma produção industrial por habitante, todos os ramos considerados, 11 vezes inferior à dos EUA, e uma produtividade do trabalho dez vezes menor.

Durante o período soviético, esta diferença foi reduzida em mais de cinco vezes. Em 1986 a produtividade do trabalho na indústria soviética representava 55 por cento da dos EUA. A URSS era responsável por um quinto da produção industrial mundial, e o campo socialista no seu conjunto representava mais de 40 por cento.

Acrescento que, em 1913, a Rússia importava 63,8 por cento dos equipamentos industriais, o que mostra o seu grau de dependência técnico-económica. A independência técnico-económica do país foi alcançada apenas em resultado da execução do segundo quinquénio de Stáline (1932-1937), quando cessou por completo a importação de máquinas e equipamentos, com excepção de exemplares de inovações tecnológicas para fins de estudo.

Por vezes ouvimos dizer que os malvados dos bolcheviques teriam alegadamente interrompido o ascenso e florescimento inauditos da Rússia nas últimas décadas do tsarismo. O facto é que os bolcheviques não tiveram nada a ver com a destruição do país. Com efeito, no início da I Guerra Mundial, as possibilidades da industrialização *capitalista* da Rússia estavam objectivamente esgotadas.

Verificou-se um processo impetuoso de concentração e monopolização do capital russo, e os interesses particulares dos grupos monopolistas travaram o desenvolvimento da produção, de modo a manter os preços suficientemente elevados. Nas vésperas da I Guerra Mundial, a indústria ressentiu-se com a penúria de combustíveis e metal. Eis

pois os «*fantásticos*» ritmos de crescimento... temos de avaliar o resultado final e não o que houve no início ou no meio. Durante a guerra, a penúria de metal provocou, em primeiro lugar, a redução da produção nos ramos civis, o que conduziu à penúria de mercadorias e a um exorbitante aumento de preços. Em segundo lugar, o governo tsarista foi obrigado a fazer enormes encomendas ao estrangeiro de armamento e outro material para o exército, incluindo arreios para cavalos. Isto significava que a produção nacional de armas e munições era de baixa qualidade e insuficiente, situação que foi aproveitada pelos fornecedores estrangeiros sem escrúpulos para saquear o país.

Durante os anos da guerra, os transportes praticamente colapsaram. Em certas regiões havia fome e morria-se de frio, enquanto noutras se acumulavam montanhas de carvão, víveres, etc., por falta de transporte. As culpas não devem ser imputadas a quem não as tem. Foi o tsarismo russo e o torpe governo provisório que o substituiu que criaram as condições para a revolução bolchevique.

Desviando-me um pouco do tema, vou citar uma curiosa descrição do director de uma das fábricas que foram evacuadas em 1941.

«*Se não fosse pelo grande dramatismo do momento*» – escreveu nas suas memórias (transcrevo as suas palavras) – «*podíamos admirar o que se passava permanentemente nesse tempo nos nossos caminhos-de-ferro. Dia e noite, ininterrupta e incessantemente, do Oeste para Leste e do Leste para Oeste, circulavam comboios, transportando todo o tipo de maquinaria, uma riqueza material incalculável do povo, criada durante os quinquénios de Stáline. Para as profundezas do país partiam composições com equipamentos das fábricas evacuadas. Ao seu encontro vinham colunas militares, nas plataformas viam-se vagões cobertos com lonas, sob as quais, pelos contornos, se adivinhavam canhões, tanques, partes de aviões.*»

Depois deste contraste simbólico, voltemos à nossa conversa sobre a modificação socialista do valor.

A modificação socialista do valor: o seu processo de formação

A reforma fiscal de 1930

A primeira reforma geral dos preços grossistas de 1936-40

Pois bem, a partir do momento em que o sobreproduto – que é o rendimento líquido – se torna património social, o Estado deve deitar-lhe firmemente a mão logo no momento da sua formação. O próprio processo da sua formação e acumulação deve decorrer de modo a que ninguém, à excepção do Estado, tenha acesso ao sobreproduto «*amadurecido*» e «*caído no depósito*».

Daqui decorre a conclusão de que o produto líquido no socialismo não pode formar-se em proporções significativas directamente nas células económicas. Aliás, logo nos finais dos anos 20, o Estado travou um combate decidido contra o aumento dos preços grossistas das empresas, uma vez que é precisamente no preço que «*nidifica*» o rendimento líquido. Mas isso não diminuía o sobreproduto objectivamente acumulado no preço.

Na prática, em resultado da pressão sobre os preços, o sobreproduto convertia-se numa forma não monetária de economia de custos, ou redução do custo de produção. Sob esta forma – que constitui a sua forma *socialmente racional* – o sobreproduto tor-

nou-se intangível para a unidade económica, para a sua direcção ou para o colectivo laboral, e era transmitido ao elo seguinte da cadeia tecnológica social.

Mais tarde a rigorosa *política sistemática de redução dos preços grossistas* – que equivalia na prática a uma redução sistemática do custo de produção – tornou-se um análogo sistémico na economia soviética à *concorrência capitalista*. Também ela orientava o produtor para a redução dos custos, para o desenvolvimento da inovação e da racionalização, estimulava a receptividade das realizações do progresso científico-técnico, travava a tendência para a burocratização.

«No nosso sistema económico» – afirmava-se na resolução do Plenário do CC do PCU(b) de Fevereiro de 1927 sobre «*A redução dos preços grossistas e de retalho*» – «a política de redução dos preços constitui o meio, com a ajuda do qual a classe operária influencia a redução do custo de produção (...) incentiva à racionalização da produção e dessa forma cria fontes realmente sãs de acumulação socialista, essencial ao avanço da industrialização do país.»

«O combate efectivo ao burocratismo e o ordenamento da produção industrial estão estreitamente ligados à questão da redução dos preços, uma vez que são precisamente os preços altos que constituem a fonte do aumento desmesurado das distorções burocráticas no aparelho produtivo e, em particular, na rede de comércio.»

Pois bem, o Estado impediu a partilha do rendimento líquido ao nível local, e isto foi inteiramente justo, mas como é que se tornou detentor do sobreproduto total? Sabemos que numa economia em que se mantêm as relações monetário-mercantis, a acumulação «sã», legitimada objectivamente, só pode ser obtida no preço da mercadoria, através da sua venda num mercado equilibrado, balanceado.

A estrutura do mercado socialista foi sintetizada por Stáline no célebre livro, *Problemas Económicos do Socialismo na URSS*. Esta obra foi publicada em 1952, mas Stáline descreveu uma realidade económica já existente, que começou a formar-se em plenitude, como já dissemos, a partir da segunda metade dos anos 20. Deste modo, podemos utilizar com segurança esta descrição.

No mercado socialista não constituem mercadorias, não estando sujeitas à compra e venda, a terra, os meios materiais e técnicos de produção (tal como quaisquer equivalentes seus, caso do chamado «*papel comercial*»), bem como a força de trabalho. Restam apenas como mercadorias os meios de reprodução da força de trabalho, ou bens de consumo geral. Por conseguinte, apenas no mercado de consumo final, o Estado socialista pode legitimamente obter o rendimento social líquido integral, «são» e objectivamente amadurecido, no interesse de toda a sociedade.

Foi precisamente isso que o Estado fez. Porém, nas condições da multiplicidade de modos de produção da *NEP*, em que a planificação não estava suficientemente desenvolvida e os métodos da gestão socialista eram apenas embrionários, nestas condições, o Estado apenas podia agir empiricamente sobre os processos de formação e distribuição do rendimento. Isto é, por este ou aquele motivo, o Estado estabelecia a correspondente tributação com um determinado fim. Não se estava de longe perante uma fiscalidade desordenada e avassaladora; simplesmente faziam-se experiências em busca das vias mais adequadas e eficazes para a formação das finanças da sociedade socialista.

No entanto, muito rapidamente, o número destes impostos atingiu as dezenas, e em 1930 procedeu-se à reforma fiscal. A multiplicidade de impostos foi eliminada e criou-se um imposto único sobre as transacções (que substituiu 54 impostos).

Nos anos seguintes, todas estas inovações foram revistas e corrigidas, e – como se constatou na literatura económica soviética – «*a partir de 1 de Janeiro de 1934, a principal massa do rendimento líquido da sociedade sob a forma de imposto sobre transacções foi transferida da esfera da produção material, ou seja, das empresas, para a esfera da circulação*».

Por outras palavras, ocorreu uma supressão massiva e geral dos processos de formação de rendimento onde, no socialismo, não devem ter lugar: nos preços da produção social intermediária e na produção destinada aos processos técnico-produtivos, que não constituem mercadorias na economia socialista, não se vendem nem compram, por conseguinte, não podem objectivamente acumular rendimento líquido no seu preço.

O rendimento líquido sob a forma de economia de custos era como que expelido de todo o lado, através das diferentes cadeias tecnológicas, para o mercado dos produtos acabados de consumo geral. Aqui adquiria a forma monetária do imposto sobre transacções e entrava integralmente nos cofres do Estado. Esta passagem da formação do rendimento do nível local para o nível estatal constitui precisamente o elo principal que, uma vez dominado, permite afirmar com todo o fundamento que a tarefa da socialização do sobreproduto total está por princípio realizada.

De resto, os resultados não demoraram a aparecer. Em 1 de Janeiro de 1935 foi abolido o *raционamento* de pão e produtos de panificação, introduzido em 1929, sob os «*auspícios*» da *NEP* (os seus adeptos fervorosos esquecem habitualmente que foi desta forma que terminou a *NEP*). A abolição das senhas de racionamento do pão foi possível também graças à criação na URSS do sector da construção de máquinas, que eliminou a necessidade de importações massivas de equipamentos estrangeiros, bem como de correspondentes exportações de trigo e outros bens alimentares. Em 1 de Outubro de 1935 foram abolidos todos os racionamentos de produtos alimentares. Seguiu-se em 1 de Janeiro de 1936 a abolição de racionamento de produtos industriais de amplo consumo.

Durante a transição do abastecimento por senhas para o comércio a preços fixados pelo Estado verificou-se um ligeiro aumento dos preços a retalho, que foi acompanhado do aumento dos salários em todas as categorias profissionais. Porém, logo no final de 1935 os preços dos produtos alimentares baixaram quase para metade. Os preços dos produtos industriais também desceram várias vezes a partir dessa altura.

Assim que foi concluída a reforma fiscal, com todos os efeitos benéficos, iniciou-se de imediato, em 1936, a primeira reforma geral dos preços grossistas da economia socialista da URSS.

Com atrás se disse, o centro de gravidade dos processos de formação de rendimento na nossa economia passou das empresas para o mercado de consumo. Todavia não se pode entender isto de forma absoluta. Por um lado, uma certa parte do rendimento líquido, apesar de reduzida, permanecia à disposição das empresas. Por outro lado, deve-se ter em conta o fenómeno contrário, ou seja, a existência de empresas não rentáveis que dependiam das subvenções do Estado.

A propósito das subvenções estatais à indústria tem-se dito todo o tipo de asneiras: que, alegadamente, no período da chamada economia de comando-administrativo ninguém se preocupava com o lucro, a rentabilidade, que o plano era cumprido sem avaliação dos custos, que o Estado cobria todos os prejuízos com base em considerações políticas, etc.

Efectivamente, no final dos anos 20 e primeira metade dos anos 30, as subvenções estatais às empresas, principalmente na indústria pesada, eram bastante comuns. Mas como justamente se assinalou na literatura económica, no contexto de alteração radical das antigas proporções da economia nacional e criação de novas proporções que correspondiam à produção socialista, o regime de subvenções estatais era uma forma inevitável e plenamente justificada de ajudar financeiramente as empresas da indústria pesada, bem como um método peculiar de limitar a influência da lei do valor no curso da industrialização socialista.

Contudo, em dada altura as subvenções tornaram-se um travão ao desenvolvimento da produção. Por isso, logo em 1936, os preços grossistas das empresas de todos os ramos da indústria foram fixados quatro por cento acima do custo de produção estabelecido no plano.

Em resultado da reforma dos preços grossistas, entre 1936 e 1940, até ao início da Grande Guerra Patriótica, toda a indústria soviética, tanto pesada como ligeira, com raras excepções, era rentável e tinha lucros, dispensando subvenções estatais.

A modificação socialista do valor (o modelo de duas escalas de preços)

Análogo sistémico dos «preços de produção» no capitalismo; o seu aspecto concreto («preço grossista das empresas» mais «preço grossista da indústria»)

A segunda reforma geral dos preços grossistas de 1949

Quando se fala da construção da nova sociedade na URSS, nos anos 20 e 30, é habitual referir-se a industrialização, a colectivização, a revolução cultural e de quadros, a preparação para a guerra.

Recordemos a definição marxista das relações de produção, ou relações de base, como «*estruturas da sociedade*». Se esta estrutura basilar não existe, então tudo o resto não se realiza: não haverá qualquer industrialização e colectivização, assim como não se pode construir um edifício sem alicerces e pilares. Nos anos 20 só tínhamos metade desta estrutura basilar: a propriedade socialista estatal era historicamente obrigada a trabalhar em parceria com um mecanismo de acumulação e distribuição do sobreproduto, temporariamente adoptado da formação anterior, que não se lhe adequava. Na sua essência, metade da tarefa económica da revolução proletária ainda não tinha sido convenientemente resolvida, sendo que os clássicos do marxismo não tinham previsto e prevenido para esta dificuldade muito séria.

Esta tarefa histórica mundial, pela sua dimensão e complexidade, tinha de ser resolvida não apenas em andamento, mas num ritmo ainda mais acelerado do que todas as outras tarefas, uma vez que sem estar resolvida todas as restantes ficariam num beco sem saída. Não foi em vão que na resolução do partido de 1927 atrás citada se sublinhava: «*Na questão dos preços cruzam-se todos os problemas económicos e, conseqüentemente, todos os problemas políticos do Estado soviético*». E estavam de tal maneira entrelaçados que não permitiam o mínimo passo em falso, uma vez que, estando em jogo os interesses vitais de enormes massas de pessoas, qualquer leviandade poderia acabar mal.

Contudo, o problema da construção da base socialista como sistema formacional integral estava a ser resolvido. Apesar de, à primeira vista, se resolver de forma pura-

mente empírica, havia uma ideia *conceptual* profunda que não só estava presente como era desenvolvida, ajustada, revelada e concretizada nos diversos diplomas institucionais, com uma rapidez, tenacidade e exactidão absolutamente impressionantes. Não obstante, é de uma grande evidência que nenhum dos participantes nos acontecimentos, incluindo o próprio Stáline, se apercebeu da verdadeira dimensão da tarefa, da sua grandiosidade. Seguramente que todos eles ficariam surpreendidos se lhes dissessem que, além de tudo e mesmo antes de tudo, estavam a forjar com rapidez a modificação socialista da lei do valor, dando-lhe a forma necessária. Ou seja, estavam a criar a segunda metade da base da economia socialista, considerando como a primeira o princípio da socialização da propriedade dos meios de produção.

No entanto, desde meados dos anos 20 que se desenvolvia um trabalho incessante, minucioso e extremamente intenso nesta direcção. A reforma fiscal e a reforma geral dos preços grossistas foram iniciativas determinantes. Pela sua acção no tipo e carácter da economia apenas são comparáveis à força da acção directa de uma revolução ou contra-revolução política.

Se a revolução política altera qualitativamente as relações de propriedade, a reforma dos preços introduz novas relações de propriedade e um princípio qualitativamente novo de formação do rendimento.

Mas se esta reforma for desligada do novo mecanismo de formação de rendimento irá desorganizar estruturalmente todo o modo de produção, tal como aconteceu com a terceira reforma dos preços grossistas na URSS (a «*reforma*» de Kossíguine de 1965-67) que deliberadamente destruiu a modificação socialista do valor e constituiu na prática uma enorme acção contra-revolucionária.

No entanto, se na nossa imprensa de esquerda se pode ler muitos materiais sobre a contra-reforma de Kossíguine, que, como se disse, destruiu o mecanismo de socialização do sobreproduto total, ninguém fala, à excepção de mim própria, das duas reformas efectuadas sob a direcção de Stáline, graças às quais esse mecanismo foi criado, e sobretudo do próprio facto da sua criação. E há mesmo quem me acuse de continuar hoje a defender firmemente estes alegados «*erros*» de Stáline.

Respondo da seguinte maneira: goste-se ou não do que eu digo, sem a teoria da modificação socialista do valor, sem a teoria da socialização do sobreproduto e sem a história da sua socialização concreta na União Soviética sob a direcção de Stáline, não pode haver e não haverá economia política marxista no século XXI. Posso garantir isto sem ambiguidades a qualquer um. Com efeito, a economia política marxista há muito que deixou de existir, porque somente munida de todo este arsenal estará em condições de responder às questões que mais nos preocupam, e tais respostas podem realmente ser dadas.

Pois bem, é tempo de restabelecer a justiça histórica e acrescentar às realizações, por nós reconhecidas dos anos 30 e 40, aquela que porventura é a jóia da coroa: a *descoberta da forma de socialização do sobreproduto* criado pelos trabalhadores da produção social socialista. Ou a descoberta do «*parceiro*» do princípio da formação de rendimento da propriedade social socialista; ou a descoberta da modificação histórica concreta própria ao socialismo das relações monetário-mercantis, que em si é a modificação da lei do valor. Ou, resumindo tudo o que atrás foi dito, *a formação da economia do socialismo como sistema*.

A modificação socialista do valor ocorreu logo em resultado da primeira reforma geral dos preços grossistas, entre 1936 e 1940. Foi designada «*sistema de duas escalas de*

preços», e é um nome lógico uma vez que o preço, a sua estrutura, é a categoria-chave em qualquer modificação das relações de valor. Na modificação capitalista do valor é característico o chamado «*preço de produção*», que é constituído pelo custo de produção mais a taxa média de lucro sobre o capital investido.

O análogo sistémico dos preços de produção na economia socialista é um conjunto peculiar formado por dois preços: os preços de produtos que não são mercadorias (a produção intermediária que não entra no mercado) e os preços das mercadorias, ou seja, da produção social final.

Os preços das não-mercadorias eram designados *preços grossistas das empresas* e resultavam da soma do custo de produção e do *rendimento líquido da empresa*, ou *lucro*. Esclareço que os termos aqui utilizados fazem parte da terminologia oficial da época, e não são uma invenção minha. Isso pode ser constatado no *Manual de Economia Política*, editado em 1955. O rendimento líquido das empresas era uniforme em toda a economia nacional, oscilando em alguns pontos percentuais do custo de produção. Uma parte do rendimento líquido da empresa era utilizada para necessidades próprias da unidade produtiva, incluindo a melhoria das condições culturais e domésticas dos trabalhadores. Outra parte era receita do Estado sob a forma de imposto sobre o lucro.

Atrás já referimos que a produção não mercantil, a produção social intermediária, era no essencial a produção dos ramos do grupo «A», ou seja, a produção destinada a processos produtivos e técnicos.

No que respeita à produção social final, esta era assegurada pelos ramos do grupo «B», e era realizada através da rede comercial de artigos de consumo.

O preço de venda desta produção era designado de *preço grossista da indústria*, o qual era constituído pelo preço de produção mais o lucro (ou seja, o preço grossista das empresas), acrescentado do componente principal da formação do rendimento – o *imposto sobre transacções*. O imposto sobre transacções, repito uma vez mais, não era receita das empresas, mas sim entregue integralmente aos cofres do Estado. O *rendimento líquido centralizado do Estado* era assim formado pelo imposto sobre transacções e pelo imposto sobre os lucros das empresas.

Por último, os preços estatais de retalho dos produtos de consumo individual, para além do preço grossista da indústria, incluíam ainda os custos de comercialização e o lucro do comércio grossista e retalhista.

A construção de preços na nossa economia socializada, que equivale aos *preços de produção* na economia capitalista, consiste assim na junção dos *preços grossistas das empresas* com o *preço grossista da indústria*.

É isto a modificação socialista da lei do valor: preços da produção destinada ao processo técnico-produtivo com um mínimo de formação de rendimento incorporado, sob a forma de lucro das empresas, *mais* o preço do produto de consumo, com o componente máximo de formação de rendimento sob a forma de imposto sobre transacções.

Se nos preços de produção, a taxa média de lucro é definida consoante o *capital*, em proporção aos montantes investidos, na modificação socialista do valor o principal componente de formação de rendimento (o imposto sobre transacções) é constituído *segundo o trabalho*, proporcionalmente aos gastos de trabalho vivo na economia nacional. Isto porque o imposto sobre transacções incide sobre o preço dos meios de reprodução da força de trabalho, o que torna evidente que quanto maiores foram os gastos de trabalho vivo na sociedade maiores serão os meios destinados à sua reprodução.

E desta vez podemos pôr entre aspas os termos «*imposto sobre transacções*», «*lucro das empresas*» uma vez que, pela sua natureza económica, estes pagamentos não são nem lucros nem impostos, mas precisamente formas específicas histórico-concretas sob as quais no socialismo se acumula o rendimento líquido social.

O eminente economista soviético A.V. Vatchurine escreveu na sua monografia de 1955: «*O imposto sobre transacções é um rendimento sem carácter de imposto e a sua designação não corresponde ao conteúdo desta importantíssima parte do rendimento líquido centralizado do Estado (...) O imposto sobre transacções na URSS não tem nada em comum com os impostos sobre a população, dado que constitui uma forma de rendimento líquido da sociedade socialista (...) Esta circunstância mostra a necessidade de abandonar a designação de “imposto sobre transacções” (...) seria mais correcto designar esta forma de rendimento líquido centralizado do Estado como rendimento social estatal*».

Quero ainda dizer algumas palavras sobre a segunda reforma geral dos preços grossistas realizada em 1949.

Durante o período da Grande Guerra Patriótica, vários ramos da indústria pesada eram subvencionados pelo Orçamento do Estado, tal como no final dos anos 20 inícios dos anos 30. Outra coisa não seria de esperar. Por exemplo, uma empresa evacuada para um novo lugar, por vezes literalmente em campo aberto, que teve de iniciar a produção a partir do zero e depois regressar à localização anterior, naturalmente que não podia dar lucro. As subvenções eram necessárias, caso contrário os preços grossistas da produção teriam de aumentar acentuadamente.

O governo soviético seguiu a via da manutenção rigorosa dos preços grossistas da produção da indústria pesada ao nível anterior à guerra. Os preços das matérias-primas e dos combustíveis também se mantiveram estáveis. Os prejuízos previstos no plano eram colmatados com subvenções. Isto permitiu manter a estabilidade dos preços a retalho na rede comercial regulada ao longo de toda a guerra. O abastecimento racionado dos bens de primeira necessidade funcionou em todo o território do país sem interrupções e sem falhas. Os lamentos sobre uma fome extrema na URSS durante a guerra são, no essencial, elucubrações literárias posteriores. Naturalmente que nos territórios ocupados pelos fascistas, e por onde a linha da frente passou duas e mesmo quatro vezes, a situação após a libertação era lastimosa. Mas nos territórios que não foram ocupados e não foram envolvidos directamente em batalhas, ninguém morreu de fome. Afirmacões em contrário são meras invenções.

Desde o início que as subvenções à indústria e aos transportes foram encaradas como medidas temporárias, e em 1 de Janeiro de 1949 terminaram. Os preços de toda a produção industrial voltaram ao nível médio de cada ramo industrial acrescido de um lucro fixado até cinco por cento do custo de produção.

O fim das subvenções provocou indiscutivelmente um certo aumento dos preços, bem como das tarifas do transporte de cargas. Porém, isso não foi reflectido nos preços de retalho. Nos ramos das indústrias ligeira e alimentar, os aumentos de preços foram suportados pelo Estado à custa do imposto sobre transacções.

Depois, entrou de novo em vigor a linha de redução dos preços grossistas. Estes começaram a baixar anualmente, e logo em 1 de Julho de 1950 ficaram abaixo do nível de 1949, quando se iniciou a segunda reforma geral. Em 1953 os preços desceram abaixo do nível anterior à guerra. Isto foi alcançado depois da abolição total das subvenções

do Estado e garantindo-se um nível de rentabilidade suficiente em toda a economia nacional.

A distribuição do sobreproduto social segundo o trabalho

A redução regular dos preços a retalho e o aumento sistemático dos fundos de consumo social não pago.

A política de preços agrícolas no modelo de Stáline

Temos pois que o sobreproduto total se concentrava nas mãos do Estado sob a forma de rendimento líquido centralizado do Estado, ou seja, o imposto sobre transacções mais o imposto sobre os lucros. Este rendimento era acumulado ao nível do Estado: este é um dos processos *objectivos* mais importantes na economia socialista.

Agora é preciso distribuí-lo. O segundo ponto que temos de ter bem presente é o facto de que a distribuição do rendimento líquido, ou o valor do sobreproduto no socialismo, só pode realizar-se com equidade através de canais ao nível de *toda a economia, de toda a sociedade, do Estado*. Estes canais são a *redução regular dos preços de base*, efectuada pelo Estado conforme o plano, e o *alargamento sistemático dos fundos de consumo social gratuito*.

Numa economia socialista que funcione normalmente, da mesma forma que o rendimento líquido não pode acumular-se em montantes significativos no quadro de uma unidade produtiva em particular, também não pode haver qualquer partilha da massa principal do sobreproduto sob a forma monetária entre o colectivo laboral de uma dada empresa. Teses em contrário são mera demagogia trotskista, que quando mais depressa a rejeitarmos, melhor será para a causa.

A redução dos preços a retalho e o aumento dos fundos de consumo social gratuito é o nosso análogo sistémico da *apropriação do lucro por indivíduos ou por grupos de capitalistas enquanto proprietários dos meios de produção*. Da mesma forma que no capitalismo o sobreproduto é apropriado pelos proprietários privados dos meios de produção sob a forma de lucro monetário, também nós, co-proprietários dos meios de produção sociais, nos apropriamos do nosso sobreproduto total socializado sob a forma da redução regular dos preços de consumo e do aumento constante do volume de bens e serviços gratuitos ou a preços simbólicos.

É precisamente deste modo que se processa a *distribuição segundo o trabalho* na sociedade socialista. Quaisquer outras formas de distribuir o sobreproduto *segundo o trabalho* simplesmente não existem.

O que acontece na sociedade capitalista é a *distribuição segundo o capital* ou, como por vezes é chamada, distribuição segundo o valor.

Estes dois princípios de distribuição do sobreproduto provêm de duas formações socioeconómicas diferentes. São antagónicos do ponto de vista de classe e não se podem sobrepor. E durante o poder soviético isto devia ter sido incutido ainda mais profundamente na consciência do nosso povo, devia ter sido metido na cabeça das pessoas literalmente à martelada.

Quando começaram a dar aos trabalhadores títulos das privatizações da propriedade social, prometendo-lhes extraordinários «*dividendos*» no futuro, ninguém percebeu que dessa forma não seriam eles os «*donos*» dessa propriedade, mas pelo contrário

lhes estava a ser retirada essa propriedade juntamente com todos os rendimentos, benefícios e garantias que provinham do seu funcionamento. Não perceberam também que o princípio da distribuição, próprio aos trabalhadores do ponto de vista de classe, estava a ser substituído pelo princípio da distribuição próprio aos parasitas, aos opressores e exploradores. E isto com todas as consequências decorrentes no plano da correlação de forças sociais e políticas na sociedade.

A questão da distribuição no nosso país esteve durante um longo período envolta numa confusão, de que há muito nos deveríamos ter livrado. Essa confusão impedia, e ainda hoje impede, de entendermos esta problemática. Em que consiste a confusão? Os nossos teóricos nunca conseguiram perceber, e por isso muito menos explicar aos outros, que não é o salário que se «*distribui segundo o trabalho*», mas somente o sobreproduto, ou rendimento líquido.

A função económica do salário é compensar os gastos de força de trabalho, e nesta qualidade o salário é uma parte constituinte do custo de produção. Também é preciso compensar os gastos fundamentais e correntes da reprodução da força de trabalho.

Os gastos fundamentais foram efectuados sobretudo na formação prévia do trabalhador, na sua instrução, etc., ou seja, no processo que lhe permitiu atingir o grau de profissionalismo, de qualificação, mestria, experiência que realmente possui. São igualmente efectuados para que o valor profissional do trabalhador se mantenha permanentemente no devido nível. A compensação dos gastos fundamentais da reprodução da força de trabalho é o componente económico principal do salário, ou da remuneração por funções oficiais, das diferentes categorias de qualificação profissional.

Já os gastos correntes reflectem sobretudo a forma como o trabalhador empregou o seu potencial profissional no lugar concreto onde labora num dado momento. Como cumpriu os objectivos planificados, qual a sua posição na emulação socialista, o grau de dedicação e zelo, etc.

Uma parte deste sistema de incentivos, com diferentes suplementos salariais e remuneratórios, prémios, etc., que podem estar parcialmente previstos no fundo salarial, é suportada pelo lucro da empresa. No entanto, em rigor, estes suplementos ainda não estão relacionados com a distribuição segundo o trabalho.

No socialismo distribui-se segundo o trabalho a principal massa do novo valor produzido que tomou a forma de rendimento líquido do Estado. Lembro que numa economia socialista que funcione correctamente, isto é, no modelo económico de Stáline, o rendimento líquido centralizado do Estado é na realidade a expressão monetária da acumulação realizada num dado período mediante o aumento da eficiência da economia. Uma parte desta acumulação é dada pelo Estado aos trabalhadores através da regular redução dos preços de retalho, o que se efectua em concreto através do imposto sobre transacções. Outra parte significativa da acumulação é distribuída por outro canal: o do alargamento da esfera de consumo social gratuito. Segundo algumas estimativas, no período soviético, cada família auferia por esta via entre 12 mil a 15 mil dólares anualmente.

Face à redução dos preços de consumo, o Estado devia manter o equilíbrio, o que era cumprido de forma irrepreensível durante a direcção de Stáline. As gerações mais velhas lembram-se de que as reduções de preços no período de Stáline nunca provocaram um aumento especulativo da procura. As prateleiras do comércio não só não ficavam vazias como aumentava a abundância da oferta, o que levava as pessoas a encararem com naturalidade tal abundância.

A manutenção do equilíbrio dos preços, no quadro da sua redução sistemática e em larga escala, é possível unicamente no caso de a economia nacional registar efectivamente uma redução de custos ao longo de toda a cadeia tecnológica social, um aumento da produtividade do trabalho e um crescimento da produção de mercadorias. Por isso, se houver uma política de preços correcta, fundamentada nos preceitos marxistas, *o nível dos preços de base do retalho* desempenha na sociedade socialista um papel sistémico análogo à *taxa média de lucro* no capitalismo. A tendência para a redução incessante dos preços de consumo no modelo de Stáline é análoga à *baixa tendencial da taxa de lucro* na economia burguesa.

Para o capitalista a obtenção da taxa média de lucro é a certificação de que geriu o seu negócio com competência e eficiência. Para os órgãos económicos do Estado socialista essa certificação é a realização da redução dos preços de consumo prevista no plano sem perda do equilíbrio do mercado. O nível de equilíbrio dos preços de retalho é para nós o critério de avaliação, tal como a taxa de lucro o é na chamada economia de mercado (de propriedade privada).

Afirma-se por vezes que, alegadamente, a redução de preços no período de Stáline era obtida à custa do corte dos preços à produção. Deve-se dizer frontalmente, antes de mais, que isso é um completo absurdo, que não corresponde minimamente à realidade. Qualquer tentativa de reduzir os preços desse modo, sem um aumento real da produção de mercadorias e o seu real embaratecimento, isto é, sem a correspondente redução do custo de produção, provocaria uma vaga de procura especulativa e o esvaziamento instantâneo dos estabelecimentos comerciais, para além de uma quebra de receita do Estado. Vale a pena salientar que nunca se observou nada de parecido durante a vigência do modelo económico de Stáline.

A *soma anual do volume da redução dos preços de consumo* é nas condições do socialismo o *critério da eficiência da economia nacional*. Pode ser visto como um indicador equivalente ao crescimento do rendimento nacional nos países capitalistas.

Sem dúvida que não podemos levar à letra estes equivalentes, mas vejamos mais um.

O *critério local de eficiência*, ou seja, o indicador de eficiência económica no quadro de uma unidade produtiva em particular, deve ser na sociedade socialista a *redução do custo de produção* nesse elo do aparelho produtivo. Mas com uma condição imprescindível: a de que o embaratecimento dos fornecimentos se traduza na redução do custo de produção também no destinatário dessa produção ou o elo seguinte da cadeia produtiva. Esta exigência, mesmo nos melhores tempos, não era de longe sempre observada. Porém se a tornarmos numa disposição da legislação económica (o que aliás é proposto no nosso projecto de nova redacção da Constituição da URSS de 1997), então haverá um sólido obstáculo às tentativas de reduzir o custo de produção por via da redução da qualidade do produto.

A *redução do custo de produção* e a dinâmica deste indicador na economia socialista é um equivalente próximo do *lucro líquido* do proprietário privado de meios de produção no capitalismo. Repito mais uma vez que estas analogias são sistémicas, e não literais, e não vale a pena dar-lhes demasiada atenção.

Outra questão muito importante que não pode ser silenciada é a política de preços agrícolas do Estado socialista.

O modelo económico de Stáline pressupunha que o serviço técnico dos *kolkhozes* era efectuado através das Estações de Máquinas e Tractores (*MTS*). As *MTS* eram empresas estatais, onde o processo produtivo se subordinava à correspondente disciplina

administrativa. O alargamento da sua base técnica em grande escala era financiado pelo orçamento do Estado. Naturalmente que os *kolkhozes* pagavam o trabalho das *MTS*, mas o aluguer de máquinas era sempre mais barato do que a sua aquisição, manutenção e renovação.

Deste modo, os *kolkhozes* eram aliviados de uma parte bastante significativa dos custos da produção agrícola, que na realidade era assumida pelo Estado. Do ponto de vista económico isto não provocava qualquer tensão: tudo era feito com grande astúcia, no bom sentido da palavra, e elegância. Esta astúcia económica permitia manter baixos os preços estatais de aquisição da produção agrícola. E esta era uma das condições decisivas que permitiam a redução periódica dos preços de retalho.

***A destruição do modelo económico de Stáline
(modificação socialista do valor):***

*A terceira (contra) reforma geral dos preços grossistas
de Kossíguine (1965-67)*

*A hipocrisia anti-stalinista no movimento de esquerda
– principal causa da ineficiência actual*

Para terminar, direi algumas palavras sobre a reforma dos preços grossistas de 1965-67.

Logo após a morte de Stáline intensificaram-se fortemente os ataques ao modelo económico de duas escalas, multiplicaram-se as demonstrações de que, alegadamente, o modelo de duas escalas «violava» a lei do valor, dizia-se que os preços dos meios de produção eram «*talhados abaixo do seu valor*», etc.

Em meados dos anos 50, os sabotadores económicos conseguiram que a direcção superior do partido e do Estado determinasse que os preços de toda a produção, sem distinguir mercadorias e não-mercadorias, passassem a ser definidos, na prática, segundo o esquema dos «*preços de produção*» da economia capitalista. O preço de qualquer produção devia passar a incluir o componente de formação de rendimento, em proporção aos gastos de trabalho materializados e não em proporção ao trabalho vivo. Isto é, proporcionalmente ao valor do capital fixo e do capital circulante usado numa dada produção.

Mas uma vez que os gastos de trabalho materializados só podem ser medidos e contabilizados directamente em cada célula produtiva, todo o processo de formação do rendimento deixou de ser feito ao nível da economia nacional e regressou ao nível local. Isto é, destruiu-se deliberadamente a base essencial, como atrás dissemos, da socialização do sobreproduto total. Este golpe da sabotagem foi tão catastroficamente certo que não acredito que tenha sido feito inadvertidamente, por erro ou irreflexão. Pelo menos algum dos crápulas que o arquitectaram sabia perfeitamente o que estava a fazer.

Daqui resultou um tipo de «*NEP ao contrário*»; mas se no início dos anos 20 o regresso à formação capitalista dos preços e do rendimento era justificado pelo facto de simplesmente ainda não existir o correspondente princípio socialista, agora que este mecanismo *socialista*, que estava inteiramente criado, seria barbaramente destruído, sem se saber em nome de quê. A propriedade social socialista ficava outra vez sem um

princípio que lhe era adequado de acumulação do rendimento líquido. Se nos anos 20 tivemos uma fase temporária que, apesar de pouco aprazível, era historicamente lógica, agora trata-se claramente de uma diversão intelectual-informativa.

Ao mudarem o princípio da formação de rendimento, os «*reformadores*», naturalmente, nem sequer se lembraram de que o esquema dos «*preços de produção*» é eficaz apenas nas condições da concorrência capitalista, isto é, da livre transferência de investimentos. E isso não existia no nosso país. Ao mesmo tempo, a política de redução dos preços grossistas, que como já vimos substitui a concorrência no socialismo, também foi metida na gaveta. Dito de outro modo, foram desactivadas praticamente todas as alavancas que exerciam pressão sobre as células produtivas para que realizassem um trabalho consciencioso e altamente produtivo.

Neste estado de coisas rapidamente se verificou que a obtenção de «*rendimento*» dependia simplesmente do volume dos gastos materiais feitos na produção. Para o produtor, na maior parte dos casos, tornou-se mais lucrativo ter uma produção esbanjadora de materiais, conservadora e mesmo retrógrada no que respeita a decisões técnico-tecnológicas. Na prática, este sistema incitava o produtor à má gestão e recompensava essa má gestão. Eis a origem da *verdadeira* crise que factu existiu na economia soviética nas décadas que precederam a *perestroika*.

Eis porque a resposta à pergunta aonde regressar, a que ponto da nossa evolução anterior, só pode ser uma: teremos de regressar a Stáline. Decerto, não textualmente, decerto não de forma nostálgica, decerto tendo em conta a enorme experiência acumulada, tanto a positiva como a negativa. Mas no que toca à base, no plano da estrutura, nunca na história do nosso povo e do nosso Estado nos elevámos tão alto como durante a direcção de Stáline. Neste meio século transcorrido, descemos dessas alturas para a actual fossa. E hoje podemos fazer comparações com grande lástima nossa. Resta-nos a esperança de que não demoraremos mais meio século a retomar o caminho. Mas isso depende da rapidez com que o nosso movimento irá amadurecer até conseguir romper definitiva e irreversivelmente com quaisquer variantes do anti-stalinismo, aberto ou camuflado.

O problema não é que nos falem, alegadamente, ideias e concepções valiosas e pro-ficuas; o problema é que o movimento no seu conjunto não está nada receptivo a estas ideias e concepções. Com efeito expus de forma detalhada toda esta problemática há cinco anos num seminário de juventude realizado na Duma do Estado. Quantos quinquénios serão precisos para que a teoria da economia socialista entre no nosso arsenal? Uma pessoa comum não terá nada a objectar contra esta teoria. Pelo contrário um soviético comum deverá regozijar-se e sentir-se orgulhoso do seu país.

Mas isto é o resultado do anti-stalinismo em acção. E se esta acção continuar a ter livre curso – julguem por vós próprios – que perspectivas serão as nossas?